



Ofício nº 539/2025 - PGM

Exmº. Sr. **Celso Eduardo Machado**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nesta.

Vilhena, 3 de outubro de 2025.

Senhor Presidente,

Submete-se à elevada apreciação desta Casa Legislativa os seguintes projetos de lei:

- 1) Projeto de Lei nº 7.247, de 3 de outubro de 2025, que altera a Lei nº 5.205, de 16 de dezembro de 2019, referente à estrutura administrativa básica do Poder Executivo municipal; e
- 2) Projeto de Lei nº , de 3 de outubro de 2025, que altera a Lei nº 5.790, de 14 de junho de 2022, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores públicos da administração direta do Poder Executivo.

Os projetos em questão atendem ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, encontrando-se devidamente instruídos com os demonstrativos de impacto financeiro e orçamentário, declarações e pareceres exigidos em lei.

Roga-se que seja conferida aos referidos projetos a necessária tramitação, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JÚNIOR

**PREFEITO** 

DIRETORIA LEGISLATIVA

Daniella Belli Matricula nº 400005 Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador: https://vilhena.oxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=523970a8-2e6b-4280-be17-dea3f09c8516









Assinado por: FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR 03/10/2025 12:26:42 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE





PROJETO DE LEI №

7.24

/2025

#### MENSAGEM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Vereadoras,

Submete-se à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que promove alterações na Lei nº 5.790, de 14 de junho de 2022, a qual institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração - PCCR dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo.

O objetivo central desta propositura é a criação do grupo ocupacional de Segurança Pública Municipal e Fiscalização de Trânsito – SPM e do cargo de Agente Municipal de Trânsito, com a previsão de 25 vagas para provimento efetivo.

Essa medida visa fortalecer a capacidade administrativa do Município no exercício de sua competência material constitucional, nos termos do art. 30, I e V, da Constituição Federal de 1988, que atribui aos municípios a responsabilidade de organizar e prestar os serviços de interesse local, incluindo a gestão do trânsito urbano.

O cargo de Agente Municipal de Trânsito possui competências e atribuições diretamente relacionadas ao exercício do poder de polícia pela administração pública, o que justifica sua integração em carreira específica e especializada. Neste sentido, é importante destacar que tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2014, já aprovada pela Câmara dos Deputados, que inclui expressamente os agentes de trânsito, estruturados em carreira, no Sistema de Segurança Pública.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF 995, já se manifestou no sentido de reconhecer que as Guardas Municipais, que incluem em sua esfera de atuação os agentes de trânsito, integram referido sistema, reforçando a natureza essencialmente pública e de segurança inerente a essas funções.

A função de fiscalização de trânsito é de suma importância para a garantia da segurança viária, da mobilidade urbana e da qualidade de vida da população. Essa obrigação municipal está respaldada em um conjunto normativo local, que inclui a Lei Municipal nº 4.287/2016, que institui o Plano Diretor de Mobilidade Urbana; a Lei Municipal nº 637/2024, que institui a Semana Municipal de Trânsito; a Lei





Municipal nº 5.087, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação no Trânsito, e Decreto nº 11.458/2017, que estabelece as competências da Secretaria Municipal de Trânsito - SEMTRAN.

Além disso, o Município integra o Sistema Nacional de Trânsito, nos termos da Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, sendo responsável pela execução da fiscalização, educação e engenharia de tráfego em sua jurisdição.

A atual situação do trânsito em nosso município, marcada pelo aumento da malha viária, do número de veículos e pela ocorrência frequente de congestionamentos e acidentes, demanda uma atuação estatal mais efetiva e permanente. A dificuldade em celebrar convênios estáveis com a Polícia Militar e o Estado de Rondônia para a execução dessas atividades reforça a necessidade de termos um corpo técnico próprio, dedicado e especializado.

O projeto foi elaborado com observância às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial aos arts. 16 e 17, tendo sido elaborado demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro, declaração do gestor responsável e análise do efeito na previdência municipal, atestando a viabilidade financeira da proposta sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Diante da relevância da matéria, pleiteia-se a apreciação deste projeto para que o Município possa adotar instrumentos adequados para enfrentar os desafios da mobilidade urbana e garantir um trânsito mais seguro e organizado para todos os cidadãos de Vilhena, nos termos do previsto no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



"Art. 14.

# PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE VILHENA Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI № 7-248 , DE 3 DE OUTUBRO DE 2025

ALTERA A LEI № 5.790, DE 14 DE JUNHO DE 2022, QUE INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### LEI:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 5.790, de 14 de junho de 2022, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores públicos da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

VIII - Segurança Pública Municipal e Fiscalização de Trânsito - SPM: grupo ocupacional constituído por cargos cujo exercício demanda competências para o exercício do poder de polícia administrativa, destinado à proteção de bens, serviços e instalações municipais, à fiscalização do cumprimento de normas e posturas municipais, ao policiamento e fiscalização de trânsito e à atuação preventiva para a garantia da segurança da comunidade no âmbito da circunscrição municipal, exigindo-se, para seu provimento, formação de nível médio ou superior, complementada por capacitação legal, técnica e profissional específica e curso de formação inicial obrigatório;" (NR)	agregação de cargos com base em critérios técnicos de correlação funcional, afinidade de atribuições, complexidade das atividades, exigência de escolaridade e competências específicas, classificando - se em:
	ocupacional constituído por cargos cujo exercício demanda competências para o exercício do poder de polícia administrativa, destinado à proteção de bens, serviços e instalações municipais, à fiscalização do cumprimento de normas e posturas municipais, ao policiamento e fiscalização de trânsito e à atuação preventiva para a garantia da segurança da comunidade no âmbito da circunscrição municipal, exigindo-se, para seu provimento, formação de nível médio ou superior, complementada por capacitação legal, técnica e profissional específica e curso de

estruturação de carreiras e provimento de cargos, são constituídos a partir da

Os grupos ocupacionais da Administração Pública, para fins de

Art. 2º Ficam alterados os Anexos I e II e acrescidos os Anexos III-A, IX-G e XI à Lei 5.790, de 2022, que passam a vigorar com as alterações promovidas pelos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR Prefeito.





PROJETO DE LEI № 7.248, DI

7. 248 , DE 3 DE OUTUBRO DE 2025 ANEXO I

## LEI № 5.790, DE 14 DE JUNHO DE 2022 **ANEXO I**

		CARGOS DE PROVIMENTO EFI		
	ATIVIDADES DE	NÍVEL SUPERIOR - ANS		
	CARGOS		HABILITAÇÃO	
1	Administrador de Empresas	K		
2	Analista de Sistemas	K		
3	Arquiteto	N		
4	Biólogo	M		
5	Contador			
6	Economista		Nível Superior	
7	Engenheiro Agrônomo	N		
8	Engenheiro Ambiental	N		
9	Engenheiro Civil	N		
10	Engenheiro de Tráfego	N		
11	Engenheiro Eletricista	N		
12	Engenheiro Sanitarista	N		
13	Médico Veterinário	M		
	APOIO TÉCNICO EM TEC	NOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATÍ		
	CARGOS		HABILITAÇÃO	
1	Técnico em Informática	н	Nível Médio Técnico	
	TRIBUTAÇÃO, ARRECA	ADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - TAF		
	CARGOS		HABILITAÇÃO	
1	Fiscal de Meio Ambiente			
2	Fiscal de Obras e Posturas		Nível Superior	
3	Fiscal Tributário			
,		QUITETURA E ENGENHARIA - ATE		
	CARGOS		HABILITAÇÃO	
1	Desenhista		Nível Médio Técnico	
		E ADMINISTRATIVO - ATA		
	CARGO		HABILITAÇÃO	
1	Agente Administrativo	G	7	
2	Auxiliar Administrativos	G	Nível Médio	
3	Técnico em agropecuária	F		
4	Técnico em Contabilidade			
5	Técnico em Edificações			
7	Técnico em Laboratório de Solos		Nível Médio Técnico	
8	Técnico em Segurança do Trabalho	G	THIS INCOME TOURIST	
,	The state of the s	ACIONAIS DIVERSAS - AOD		
	CARGOS		HABILITAÇÃO	
1	Chapeador	PERSONAL ENGLISHMENT	THE SECTION SE	
2	Eletricista de Viaturas e Equipamentos	E		
3	Eletricista de Viaturas e Equipamentos	TO MAKE STATE		
4	Mecânico Geral	E		
4	196000000000000000000000000000000000000	C	Nível Fundamental	
5	Motorista de Viaturas Leves			





7	Operador de Máquinas Leves	C			
8	Operador de Trator Esteira				
9	Operador de Motoniveladora	E			
10	Operador de Pá Carregadeira	E	Nível Médio		
11	Operador de Retroescavadeira	E	Nivel Medio		
12	Programador de VT	D			
13	Soldador	D	Nível Fundamental		
	APOIO E	SERVIÇOS DIVERSOS - ASD			
	CARGOS		HABILITAÇÃO		
1	Auxiliar de Mecânico	Α			
2	Carpinteiro	В			
3	Borracheiro	В	Nível Fundamental		
4	Costureiro	В			
5	Coveiro	В			
6	Cozinheiro	Α			
7	Encanador Hidrossanitário	В			
8	Pedreiro	В			
9	Pintor	В			
10	Serviços Gerais	Α			
11	Telefonista	В			
12	Vigia	A			
	SEGURANÇA PÚBLICA MUNI	CIPAL E FISCALIZAÇÃO DE TR	ÂNSITO - SPM		
1	Agente Municipal de Trânsito	S	Nível Médio ou Técnico Especializado		

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR Prefeito.





PROJETO DE LEI Nº 7-248, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025 ANEXO II

#### LEI № 5.790, DE 19 DE JUNHO DE 2022 **ANEXO II**

	22000	ANTITATIVO, CLASSE E LOTAÇÃO DADES DE NÍVEL SUPERIOR - AI		
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Administrador de Empresas	2	K	CGM / Semad
20.7	monaya waxaya da ayaa ayaa ayaa ayaa ayaa ayaa			
2	Analista de Sistemas	2	K	Chefia de Gabinete
3	Arquiteto	4	N	Semplan / Semter
4	Biólogo	2	M	Semma
5	Contador	11	L.	Diversos
6	Economista	1.	L	Semfaz
7	Engenheiro Agrônomo	3	N	Semma / Semter / Semagri
8	Engenheiro Ambiental	3	N	Diversos
9	Engenheiro Civil	11	N	Diversos
10	Engenheiro de Tráfego	1	N	Semtran
11	Engenheiro Eletricista	2	N	Diversos
12	Engenheiro Sanitarista	1	N	Semma/Semus
13	Médico Veterinário	3	M	Semma / Semus / Semagri
	APOIO TÉCNI	CO EM TECNOLOGIA DA INFORI	MAÇAO - ATI	
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Técnico em Informática	10	H	Diversos
		AÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALI		LOTAÇÃO
1	CARGO Fiscal de Meio Ambiente	QUANTIDADE 3	CLASSE	Semma
Dones	Wilder Microsoft American Control Cont	- FX	ļ	AT 1707 1917 1917 1917 1917 1917 1917 1917
2	Fiscal de Obras e Posturas	15	1	Semplan
3	Fiscal Tributário	23		Semfaz
		ICO DE ENGENHARIA E ARQUITI		1074670
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Desenhista	5 D TÉCNICO E ADMINISTRATIVO :	, ATA	Diversos
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Agente Administrativo	105	G	Diversos
2	Auxiliar Administrativo	60	G	Diversos
3	Técnico em Agropecuária	2	F	Semagri
4	Técnico em Contabilidade	1	F	Semfaz
5	Técnico em Edificações	5	F	Semplan/Semter e Semed
6	Técnico em Laboratório de Solos	1	F	Semosp/Semagri
7	Técnico em Segurança do Trabalho	5	G	Semad / Semus
.0.	d and the second	ADES OPERACIONAIS DIVERSAS		
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Chapeador	4	Ε	Semosp / Semagri
2	Eletricista de Viaturas e Equipamentos	5	Е	Semosp / Semagri / Semad
3	Eletricista Predial	10	E	Diversos
4	Mecânico Geral	10	E	Semosp / Semagri
5	Motorista de Viaturas Leves	25	С	Diversos
6	Motorista de Viaturas Pesadas	50	D	Diversos
	The state of the s	10	C	Semosp / Semagri
7	Operador de Máquinas Leves Operador de Motoniveladora	10	E	Semosp / Semagri





10	Operador de Retroescavadeira	10	E	Semosp / Semagri
11	Operador de Trator Esteira	10	E	Semosp / Semagri
12	Programador de VT	1	D	Semcom
13	Soldador	4	D	Semosp / Semagri
		APOIO E SERVIÇOS DIVERSOS - AS	D	
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Auxiliar de Mecânico	10	Α	Semosp / Semagri
2	Borracheiro	4	В	Semosp / Semagri
3	Carpinteiro	5	В	Semad / Semosp / Semus
4	Costureiro	6	В	Semas / Semus
5	Coveiro	4	В	Semosp
6	Cozinheiro	8	А	Semad / Semed / Semus
7	Encanador Hidrossanitário	5	В	Diversos
8	Pedreiro	13	В	Diversos
9	Pintor	5	В	Semad / Semed / Semosp
10	Serviços Gerais	319	А	Diversos
11	Telefonista	2	В	Semus
12	Vigia	98	Α	Diversos
	SEGURANÇA PÚB	LICA MUNICIPAL E FISCALIZAÇÃO I	DE TRÂNSITO - SPM	
	CARGO	QUANTIDADE	CLASSE	LOTAÇÃO
1	Agente Municipal de Trânsito	25	S	Semtra

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

#### FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



PROJETO DE LEI № 7-248, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025 ANEXO III

> LEI № 5.790, DE 14 DE JUNHO DE 2022 **ANEXO III - A**

TABELA	DE VENCIMENTO E REFERÊNCIA SALARIAL DO CARGO DE AGE	INTE MUNICIPAL DE TRANSITO - GRUPO SPM	
CLASSE	TEMPO DE SERVIÇO EXIGIDO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	REMUNERAÇÃO BÁSICA (R\$	
AMT III	Ingresso	3.000,00	
AMT II	4 anos na classe anterior e aprovação	3.300,00	
AMT I	4 anos na classe anterior	3.630,00	
AMT ESP	5 anos na classe anterior	3.993,00	

#### **GRUPO OCUPACIONAL**

Segurança Pública Municipal e Fiscalização de Trânsito - SPM.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JÚNIOR
Prefeito.





# PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE VILHENA





PROJETO DE LEI № 7.248 , DE 3 DE OUTUBRO DE 2025

#### **ANEXO IV**

LEI № 5.790, DE 14 DE JUNHO DE 2022

#### **ANEXO IX - G**

	SECONOÑES ESSE	ANEXU IX - G	GOS DE BROVIMENTO ESETIVO	
	JESCKIÇUES, ESPE	CIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CAR GRUPO OCUPACIONAL VII		
Segurano	a Pública Municir	pal e Fiscalização de Trânsito - SPM	CARGA HORÁRIA: 30 HORAS	
CARGO	CLASSE	HABILITAÇÃO	REQUISITOS EXTRAS	
Agente Municipal de Trânsito	S	Nível Médio ou Técnico Especializado	Aprovação em Curso de Formação Inicial de caráter eliminatório 30 anos de idade (limite de idade para ingresso no cargo na data da inscrição) e Careteira Nacional de Habilitação na Categoria C	
Atribuições	controle, monitoramento e educação de trânsito, ez do tráfego e ao cumprimento da legislação de ar na aplicação de penalidades, na sinalização e cas, conforme normas e diretrizes do Código de nicipal.			
Detalhadas		Trânsito Brasileiro e legislação municipal.  FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE TRÂNSITO Fiscalizar o cumprimento das normas de trânsito, autuando e aplicando penalidades aos infratores.  Controlar o fluxo de veículos e pedestres em vias públicas, especialmente em horários de pico e em eventos.  Realizar a fiscalização de estacionamento em zonas urbanas, inclusive em áreas de rotas escolares e de grande circulação.  OPERACIONALIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO Operar equipamentos de fiscalização eletrônica e instrumentos de medição de velocidade. Instalar e manter sinalização temporária em obras, eventos ou situações de emergência.  Auxiliar na implementação de projetos de engenharia de tráfego e planos de mobilidade urbana.  EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO Promover ações educativas para condutores, pedestres e ciclistas, visando à conscientização sobre segurança no trânsito. Participar de campanhas preventivas e eventos comunitários relacionados à mobilidade urbana.  ATENDIMENTO E COMUNICAÇÃO Prestar esclarecimentos à população sobre legislação de trânsito e procedimentos administrativos.  Elaborar relatórios de ocorrências, autuações e atividades desenvolvidas.  Comunicar incidentes de trânsito e colaborar com órgãos como Polícia Militar, SAMU e Corpo de Bombeiros.  ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E COMPLEMENTARES  Zelar pela conservação dos equipamentos e viaturas utilizadas no serviço. Participar de capacitações e treinamentos periódicos.  Executar outras atividades correlatas, inclusive no âmbito de convênios e parcerias		

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

#### FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito.



Proc nº 192/23

PROJETO DE LEI Nº 7-248 , DE 3 DE OUTUBRO DE 2025 **ANEXO V** 

# REGIMENTO ESPECIAL DOS SERVIDORES DO GRUPO OCUPACIONAL - SPM ANEXO XI

CARGO: AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO - AMT

#### I - DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

- a) Os servidores ocupantes do cargo de Agente Municipal de Trânsito regem-se pelos princípios constitucionais da administração pública, em especial a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, dignidade da pessoa humana e prevalência do interesse público.
- **b)** Exercem atividades de fiscalização de trânsito, no âmbito do poder de polícia administrativa municipal, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e da legislação municipal;
- c) Atuam com autonomia técnica e independência funcional no exercício de suas atribuições, com ênfase na educação, fiscalização e orientação para a segurança viária;
- d) Têm lotação no órgão municipal responsável pela gestão do trânsito e transporte urbano.

#### II - DAS ATRIBUIÇÕES

- a) Fiscalizar o cumprimento da legislação de trânsito, autuando infrações e aplicando as medidas administrativas previstas em lei;
- b) Controlar o fluxo de veículos e pedestres em vias públicas, inclusive em eventos de grande circulação;
- c) Operar equipamentos de fiscalização eletrônica e instrumentos de medição de velocidade;
- d) Auxiliar na implementação de campanhas educativas de trânsito;
- e) Elaborar relatórios de ocorrências, autuações e atividades desenvolvidas;
- f) Prestar primeiros socorros em caso de acidentes de trânsito, quando necessário, e acionar os órgãos competentes;
- g) Cooperar com outros agentes de segurança pública em situações de emergência ou interesse público;
- h) Executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

#### **III - DAS PRERROGATIVAS**

- a) Livre acesso a vias públicas, logradouros e estacionamentos regulamentados no exercício de suas funções;
- b) Requisição de força policial, quando necessário, para garantir a integridade do exercício fiscalizatório;
- c) Prioridade no uso de equipamentos e recursos tecnológicos necessários ao desempenho das atividades;
- d) Identificação funcional por meio de crachá, distintivo e uniforme próprios;
- e) Utilização de dispositivos de segurança não letais, coletes à prova de bala e outros Equipamentos de Proteção Individual EPI fornecidos pelo Município;
- f) Utilização de viaturas oficiais e equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Município.

#### **IV - DAS GARANTIAS**

- a) Assistência jurídica integral pela Procuradoria Geral do Município em caso de exercício regular de suas atribuições e, desde que relacionado a fato praticado em decorrência deste;;
- b) Estabilidade nos termos do art. 41 da Constituição Federal;
- c) Direito à capacitação continuada e treinamento especializado;
- d) Proteção funcional contra coação, impedimento ou retaliação no exercício da função.





#### V - DOS DEVERES E VEDAÇÕES

- a) Agir com urbanidade, respeito e imparcialidade no trato com o público;
- b) Manter sigilo funcional sobre informações obtidas no exercício da função;
- c) Não praticar atos de perseguição, discriminação ou favorecimento;
- d) Não se utilizar da função para obter vantagens pessoais ou de terceiros;
- e) Comunicar imediatamente à chefia qualquer irregularidade ou impedimento no exercício da função.

#### VI - DA IDENTIFICAÇÃO E UNIFORME

- a) O uso do uniforme padrão e equipamentos de identificação é obrigatório durante o exercício das atividades;
- **b)** O uniforme será fornecido pelo Município e deverá ser mantido em adequado estado de conservação;
- c) O distintivo e o crachá de identificação funcional devem ser portados visivelmente.

#### **VII - DAS VIATURAS E EQUIPAMENTOS**

- a) As viaturas oficiais destinadas à fiscalização de trânsito deverão estar devidamente identificadas e equipadas;
- **b)** Os equipamentos de fiscalização, comunicação e de proteção pessoal serão fornecidos pelo Município e mantidos em perfeito estado de funcionamento;
- c) É vedado o uso de viaturas e equipamentos para fins particulares.

#### VIII - DA CAPACITAÇÃO E REQUISITOS PARA EXERCÍCIO DO CARGO

- a) São requisitos para investidura no cargo, além dos previstos na Constituição Federal, na legislação federal e na Lei Complementar nº 007, de 24 de outubro de 1996, a conclusão e aprovação em curso de formação inicial nas áreas de trânsito de caráter eliminatório e idade máxima de 30 (trinta anos);
- b) Ser aprovado em avaliação anual de desempenho para fins de progressão na carreira;
- c) Participação em capacitação continuada e periódica em cursos de atualização legislativa e técnicas de fiscalização e proteção pessoal e de terceiros.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito. Vilhena, 3 de outubro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito.





